



**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO:  
ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE ECONÔMICA  
DO DIREITO**

**Projeto Pedagógico do Curso (PPC)**

**Março/2021**

## Sumário

1. Identificação .....	3
2. Justificativa .....	3
3. Objetivos.....	3
4. Público Alvo .....	4
5. Perfil do Egresso .....	4
6. Instituição Promotora .....	4
7. Coordenação.....	5
8. Corpo docente .....	5
9. Metodologia.....	5
10. Titulação .....	6
11. Trabalho de Conclusão de Curso .....	6
12. Atividades Complementares .....	6
13. Local de realização do curso e tecnologia educacional .....	6
14. Acervo .....	7
15. Sistemas de Avaliação .....	7
16. Certificação .....	8
17. Carga horária.....	8
18. Estrutura .....	9
19. Estrutura curricular.....	9
20. Ementas das disciplinas.....	10
21. Bibliografia básica .....	15

## **1. Identificação**

Nome do curso: Pós-Graduação Especialização em Análise Econômica do Direito (AED).

Áreas do conhecimento (segundo a Tabela de Áreas do Conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq): 6.01.00.00-1 Direito. 6.03.00.00-0 Economia. 6.02.02.00-9 Administração Pública.

Modalidade: à distância (EaD) e telepresencial.

Instituição promotora: Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União (ISC/TCU).

Número de vagas: 50

Linhas de pesquisa: Obras públicas, regulação e desestatização, políticas públicas, finanças públicas, ciência de dados e licitações e contratos.

## **2. Justificativa**

A Análise Econômica do Direito ou Direito e Economia é a área do conhecimento que aplica métodos e técnicas econômicas no estudo e compreensão de fenômenos do Direito, com vistas a melhor explicar e prever as consequências fáticas do ordenamento jurídico e das decisões que garantem sua aplicação, permitindo melhor calibragem de incentivos para alcance de soluções eficientes e socialmente desejadas.

Nesse sentido, trata-se de ferramenta imprescindível para atores que participam do processo de elaboração de decisões judiciais e administrativas, capacitando-os a encontrar melhores soluções jurídicas, a partir da maior familiaridade dessa interface entre Direito e Economia e de meios objetivos para a previsão dos efeitos de diferentes alternativas.

Como se nota, esse conhecimento é fundamental para servidores dos Tribunais de Contas, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, da Controladoria-Geral da União, do Ministério Público da União, da Defensoria Pública da União, da Advocacia-Geral da União e de outras diversas instâncias estatais. Nesse contexto, o presente curso de pós-graduação *lato sensu* assume papel de vanguarda, pois permite a especialização de servidores em temas geralmente não contemplados pelos cursos de graduação, mas que são essenciais para a eficiência da atividade pública.

A escolha da modalidade de educação a distância (EaD) deve-se à capilaridade e à flexibilidade que os cursos a distância oferecem, permitindo um alcance maior de servidores públicos.

Enfim, a realização do curso está contemplada pelo planejamento do ISC, tanto no Plano Diretor de Desenvolvimento de Competências (PDDC) quanto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

.

## **3. Objetivos**

O presente curso de pós-graduação tem por objetivo geral a formação de servidores capazes de lidar com temas interdisciplinares, aprofundando o estudo dos conceitos e institutos do Direito sob o prisma da sua contextualização econômica. Com tal conhecimento, propiciam-se novas habilidades e competências aos quadros dos órgãos públicos, favorecendo a tomada de decisão eficiente por parte do Estado.

São objetivos específicos do curso:

- compreender os principais conceitos e teorias econômicas e estatísticas para aplicá-los na aprendizagem dos conteúdos da Análise Econômica do Direito;
- compreender e aplicar os principais conceitos, teorias e instrumentos da Análise Econômica do Direito, sobretudo aqueles relativos a propriedade, contrato, processo e crime, bem como noções de Economia Comportamental;
- aprofundar os conceitos, teorias e instrumentos da Análise Econômica do Direito em áreas específicas, relacionadas aos objetos de trabalho dos alunos; e
- desenvolver trabalho de conclusão de curso aplicando os conhecimentos adquiridos.

#### **4. Público Alvo**

O curso destina-se a portadores de diploma de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), que atuem ou pretendam atuar na área de interesse do curso, com prioridade para profissionais que atuem na área de controle e/ou gestão de políticas públicas.

O ingresso no curso ocorrerá por meio de processo seletivo regido por edital próprio, podendo abranger tanto servidores pertencentes ao quadro funcional do TCU quanto de outras instituições parceiras, a critério da direção do ISC/TCU.

Para a efetivação da matrícula no curso, além da aprovação no processo seletivo, os participantes deverão cadastrar e atualizar seu currículo na base de currículos do TCU ou na plataforma Lattes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em caso de aluno externo, e encaminhar para o ISC, cópia digital e link para o currículo, bem como uma Proposta Preliminar de Projeto de Pesquisa conforme descrito no Apêndice I.

#### **5. Perfil do Egresso**

O egresso do curso de pós-graduação deve retornar às suas atividades laborais com maior capacidade de lidar com temas interdisciplinares, aprofundando análises de conceitos e institutos jurídicos a partir do ferramental da abordagem da Análise Econômica do Direito nas mais diversas questões jurídicas.

#### **6. Instituição Promotora**

Criado por lei federal (art. 88 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992), o ISC foi concebido pelo ideal de propiciar condições para o desenvolvimento humano e organizacional do Tribunal, provendo a Secretaria do TCU de pessoas qualificadas para o exercício das atividades de controle externo da Administração Pública.

As competências do Instituto estão definidas, dentre outros, na Resolução - TCU 324, de 30 de dezembro de 2020, que define a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do TCU; na Resolução-TCU no 212, de 25 de junho de 2008, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de educação no âmbito do TCU; na Portaria-ISC nº 15, de 3 de julho de 2019, que altera o Regimento Interno do ISC; na Portaria-ISC nº 24, de 10 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Regulamento do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa do TCU; e na Portaria-ISC nº 9, de 26 de dezembro de 2016, que regulamenta o pagamento da gratificação por encargo de curso

ou concurso no âmbito do TCU. A Resolução-TCU no 212/2008 estabelece para o Programa de Pós-Graduação os seguintes objetivos:

- I. promover a pesquisa científica e a geração de conhecimento em nível avançado em áreas de interesse do TCU, com vistas a melhorar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações realizadas pelo Tribunal no cumprimento de sua missão institucional;
- II. aprimorar a qualificação e a especialização dos servidores do TCU e ampliar o corpo docente do ISC, com vistas à promoção de futuros projetos de pós-graduação de interesse institucional; e
- III. criar as condições necessárias à preservação de uma cultura organizacional comprometida com a inovação e com a permanente adequação das competências dos servidores aos objetivos do Tribunal.

Em 14 de fevereiro de 2017, o MEC publicou o despacho do Ministro em que homologa o Parecer no 657/2016, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da escola de governo ISC, para oferta de pós-graduação *lato sensu*, em regime presencial e a distância, observando-se o prazo de 8 (oito) anos.

## **7. Coordenação**

O curso será regido por regulamento próprio e será coordenado por comissão de coordenação, composta por coordenadores acadêmico, pedagógico e executivo.

As competências da comissão constam do Regulamento do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa do TCU e no regulamento do curso, sendo, entre outras, a avaliação e a aprovação de propostas de mudança no projeto pedagógico do curso; o planejamento, a coordenação e a supervisão das atividades do curso; a seleção de docentes, conteudistas e tutores, bem como a supervisão de sua atuação.

Cabe à comissão de coordenação as decisões sobre questões administrativas e disciplinares do curso, bem como a realização de alterações no presente Projeto Pedagógico do Curso (PPC), no calendário e nas atividades previstas, quando necessário.

## **8. Corpo docente**

O corpo docente do curso de Especialização em Análise Econômica do Direito será constituído por professores que possuam titulação de doutor, mestre ou especialista, conhecimento profissional na área do curso e experiência pedagógica, selecionados por edital ou convidados pelo ISC, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pelo MEC e à legislação vigente.

O corpo docente será selecionado por meio de edital público com critérios próprios ou, no caso de convite, análise curricular, pela Comissão de Coordenação, com foco nos perfis mais qualificados e aderentes ao projeto do curso.

## **9. Metodologia**

O curso será ofertado nas modalidades de EaD e telepresencial. As disciplinas serão construídas com aulas ao vivo, vídeos selecionados, vídeo-aulas, tutoria EAD, leitura de

material instrucional, leituras complementares, participação em fóruns de discussão, estudos de casos, projetos e atividades avaliativas em formato de QUIZ, questionários e tarefas.

Além disso, também será incentivada a leitura de textos e a realização de pesquisa extraclasse.

O foco das atividades pedagógicas é aliar as dimensões teórica e prática, permitindo uma formação multidisciplinar que permeie a atuação profissional no campo de saber.

Além de aulas, também poderão ser desenvolvidos ao longo do curso atividades de extensão que contemplem o incentivo à pesquisa, a discussão de temas correlatos e a vivência prática dos conteúdos estudados.

## **10. Titulação**

Após completar a carga horária de 360 horas e obter aprovação em todas as disciplinas, o discente deverá produzir, individualmente, um trabalho de conclusão de curso (monografia, artigo científico ou projeto aplicado), cujo tema, obrigatoriamente, deverá ter relação com os objetivos do curso e as necessidades do serviço público.

Cada aluno escolherá seu orientador, dentre os nomes disponíveis em banco de orientadores ofertados, de acordo com regulamento do ISC.

## **11. Trabalho de Conclusão de Curso**

O aluno deverá elaborar individualmente trabalho de conclusão de curso (TCC), o qual consistirá na aplicação prática de conhecimentos em Análise Econômica do Direito. A título de conclusão do TCC, o Programa de Pós-Graduação e Pesquisas poderá exigir, conforme decisão do orientador, a produção de artigo para submissão em periódico especializado, com vistas à disseminação do conhecimento.

O TCC observará as normas de padronização editadas pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), bem como o modelo fornecido pelo ISC (Apêndice II), e, no caso de fiscalizações, os modelos e as normas adotados pelo TCU para planejamento, execução e relatório de auditorias operacionais.

Para orientar a elaboração do TCC será designado um professor orientador (Apêndice III).

## **12. Atividades Complementares**

As disciplinas do módulo específico do curso poderão ser ministradas por meio de atividades especiais, como eventos coordenados e estudos. Independentemente da programação dessas disciplinas, outras atividades complementares poderão ser desenvolvidas, como a participação em eventos e visitas, devendo ocorrer de acordo com a disponibilidade dos alunos e o interesse do ISC.

## **13. Local de realização do curso e tecnologia educacional**

O curso será ofertado por meio de ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

Para facilitar a interação entre alunos, professores e coordenação, os alunos serão inscritos em uma comunidade virtual de aprendizagem, que receberá o nome do curso. Essa comunidade é parte da plataforma de EaD do ISC.

A estrutura do ISC também comporta um sistema para registro e acompanhamento dos cursos (ISCNet). Neste sistema serão lançadas as informações do curso e das disciplinas, as matrículas, as notas de cada disciplina, a frequência dos discentes e a avaliação do TCC. O sistema também permite a emissão do certificado de curso, com os elementos necessários para sua validade, segundo a Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018.

## 14. Acervo

A bibliografia básica do curso está indicada no item 21 e é constituída de material digital ou de livros e/ou periódicos oportunamente adquiridos e disponibilizados pela Biblioteca do TCU, para acesso aos alunos do curso, ou ainda disponibilizados na comunidade virtual de aprendizagem quando se tratar de conteúdo digital de livre divulgação.

Cada disciplina do curso contará também outras fontes bibliográficas que poderão ser indicadas no decorrer das aulas pelos docentes das disciplinas como leituras básicas ou complementares. Essa bibliografia adicional será constituída preferencialmente de material digital, a ser disponibilizado na comunidade virtual de aprendizagem, sendo evitada a reprodução física do material de leitura por respeito a princípios de sustentabilidade e economia de recursos naturais. Todo material disponibilizado deverá obedecer à legislação de direitos autorais. Livros e/ou periódicos de conteúdo integral que compõem a bibliografia complementar das disciplinas também poderão ser indicados e eventualmente adquiridos pela biblioteca quando indicados previamente pelos docentes.

## 15. Sistemas de Avaliação

	1	2	3	4	5
<b>Etapa do Ciclo de Avaliação</b>	Levantamento do perfil acadêmico e das expectativas em relação à ação educacional.	Avaliação da disciplina pelo discente e ao docente ao término das aulas.	Avaliação da infraestrutura na metade do período de aulas e Avaliação de término de curso ao final de todas as disciplinas.	Avaliação da atividade de orientação pelo discente e pelo docente.	Avaliação do egresso um ano após o término do curso.
<b>Instrumentos</b>	Ficha de inscrição/Dados Complementares	Avaliação da disciplina pelo docente. Avaliação da disciplina pelo discente.	Avaliação da infraestrutura pelo discente. Avaliação de término de curso pelo discente.	Avaliação da atividade de orientação pelo docente. Avaliação da atividade de orientação pelo discente.	Avaliação de egresso pelo chefe imediato.

### 15.1. Frequência mínima

A frequência mínima exigida para a aprovação é de 50% de presença por disciplina e de 75% do total de disciplinas.

No caso das disciplinas em formato EaD, a frequência será calculada com base no percentual de execução das atividades propostas.

## 15.2. Sistema de avaliação por disciplina

O aproveitamento acadêmico poderá ser medido por meio de atividades digitais, provas, trabalhos e participação, individuais ou em grupo. O rendimento será aferido por disciplina, em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez). Será considerado aprovado o aluno que alcançar rendimento acadêmico mínimo igual ou superior a 6 (seis).

## 15.3. Avaliação do TCC

A avaliação do TCC será realizada por banca constituída por, pelo menos, dois professores, sendo um deles o orientador.

Os alunos receberão da banca examinadora as menções “aprovado”, “aprovado com restrições”, ou “não aprovado”. Será considerado “aprovado” o aluno que receber essa menção de todos os membros da banca. Será considerado “aprovado com restrições” o discente que receber essa menção de pelo menos um dos membros da banca. Será considerado “não aprovado” aquele aluno que receber esse conceito de todos os membros da banca.

No caso de aprovação com restrições, as modificações sugeridas deverão ser efetuadas pelo aluno no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e apresentadas ao orientador, que atestará a validade das modificações realizadas, a fim de que possa ser considerado aprovado em caráter definitivo.

## 16. Certificação

Ao discente que obedecer às exigências do curso e atender os critérios de aprovação, a saber, nota mínima de 6 (seis) por disciplina, frequência mínima de 50% por disciplina e 75% no conjunto de disciplinas, e aprovação no TCC, será conferido o grau de especialização e o título de Especialista em Análise Econômica do Direito.

## 17. Carga horária

O curso de Especialização em AED será desenvolvido no biênio 2021-2022, com carga horária de 360 horas, compreendendo três módulos com um total de 17 disciplinas, sendo 7 optativas, seguida de período para o desenvolvimento do TCC.

O primeiro será de formação fundamental que garantirá ao aluno conhecimentos essenciais de matemática, economia e metodologia de pesquisa para permitir a aprendizagem do conteúdo a que virá a seguir.

No segundo módulo, de formação básica, que será o cerne do curso, o aluno estudará os principais ramos da análise econômica do direito – propriedade, contratos, responsabilidade civil, crimes e penas – além de economia comportamental, sempre com o foco de suprir instrumentos para tornar mais efetiva a atuação estatal.

No terceiro módulo, de formação complementar, o servidor terá contato com disciplinas para aprimorar e aplicar o conhecimento anterior, sendo-lhe facultada a escolha de **quatro** disciplinas optativas entre aquelas ofertadas nesse módulo. Serão discutidos temas afetos a setores de atuação específicos de cada servidor. No semestre anterior à oferta das disciplinas optativas, será aberto prazo para manifestação de interesse dos alunos em cursá-las. A optativa só será ofertada efetivamente se houver número mínimo de alunos

interessados (a ser definido no momento da oferta das optativas), garantindo-se a oferta de ao menos quatro delas.

As horas relativas à produção do TCC não estão computadas nesse total. O aluno terá o prazo de 90 dias para elaboração e entrega do TCC.

## 18. Estrutura

O curso será ofertado a partir de maio/2021, conforme a seguinte estrutura:

<b>Módulos</b>	<b>Carga horária</b>
Módulo 1	120 horas
Módulo 2	144 horas
Módulo 3	96 horas
<b>TOTAL</b>	<b>360 horas</b>
TCC	40 horas

Se necessário, poderá haver a realização de atividades fora dos dias e horários a serem definidos no edital e no regulamento próprios, ou a antecipação de aulas, em especial, nas seguintes situações:

- quando houver feriados próximos;
- quando o professor não for residente em Brasília;
- quando a disciplina for ofertada eventualmente no formato telepresencial; ou
- quando a carga horária da disciplina for inferior a 15h.

O cronograma detalhado das aulas será definido e comunicado aos alunos oportunamente.

## 19. Estrutura Curricular

As atividades e o conteúdo do curso estão organizados conforme a estrutura abaixo:

<b>Módulo 1: Formação Fundamental</b>	<b>hs</b>
Introdução à Microeconomia e Conceitos Econômicos Básicos	36
Economia Institucional, Setor Público e Desenvolvimento Econômico	36
Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Projeto	40
Metodologia da Análise Econômica do Direito	12

<b>Módulo 2: Formação Básica</b>	<b>hs</b>
Análise Econômica da Propriedade	24
Análise Econômica dos Contratos	24
Análise Econômica da Responsabilidade Civil	24
Análise Econômica do Processo Judicial/Administrativo	24
Análise Econômica dos Crimes e Penas	24
Economia Comportamental	24

<b>Módulo 3: Formação complementar</b>	<b>hs</b>
Análise Econômica do Controle e da Corrupção	24
Análise Econômica da Fiscalização de Obras Públicas e Leilões	24
Análise do Comportamento Judicial, Consequências das Decisões Judiciais e Noções de Jurimetria	24
Avaliação de Políticas Públicas	24
Análise Econômica do Direito Constitucional, Tributário, Financeiro, Concorrencial e do Trabalho	24
Estatística Aplicada	24
Direito Regulatório	24

## 20. Ementas das Disciplinas

### Módulo 1: Formação Fundamental

Introdução à Microeconomia e Conceitos Econômicos Básicos: Conceitos fundamentais: custo de oportunidade, maximização, equilíbrio e eficiência de Pareto, eficiência de Kaldor-Hicks. Eficiência versus Legalidade. Eficiência estática e dinâmica. Ferramentas matemáticas: funções, gráficos, otimização. Teoria do consumidor: cesta de consumo, preferências, função de utilidade, lei da utilidade marginal decrescente, curvas de indiferença, restrição orçamentária, maximização da utilidade, consumo ótimo, lei da demanda. Teoria da firma: função de produção, maximização do lucro, minimização de custos, equilíbrio de mercado. Custos e benefícios marginais. Equilíbrio geral. Análise de custo-benefício. Teoria dos Jogos. Definição. Características. Comportamento estratégico. Representação dos jogos. Estratégias dominantes e dominadas. Jogos estáticos e sequenciais. Dilema do Prisioneiro. Equilíbrio de Nash. Precificação de ativos. Teoria agente-principal. Eficiência das normas. Incentivos e desenho de mecanismos.

Economia Institucional, Setor Público e Desenvolvimento Econômico: O papel das instituições no desenvolvimento econômico. Escassez, sistema econômico, instituições e organizações. Crescimento e desenvolvimento econômico. Dificuldades de se empreender reformas. Origens do Estado. *Limited Access Orders* e *Open Access Orders*. Escolha social. Bem-estar social. Falhas de mercado. Falhas de governo. Teoria da

escolha pública. Problema da ação coletiva. Legística e qualidade da lei. Legística material e formal. Desafios. Legística no Brasil. Consequências da baixa qualidade das normas. Introdução à Análise Econômica do Direito - conceito, evolução e métodos de interpretação.

Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Projeto: Conhecimento científico. Introdução à pesquisa científica. Características e classificação da pesquisa científica. Normas da ABNT. Projeto de pesquisa. Apoio à elaboração de artigo.

Metodologia da Análise Econômica do Direito: O Direito na Análise Econômica do Direito: onde se enquadra a AED? Epistemologia da Economia. O que é a AED? AED Positiva e Normativa. Metodologia da AED. Pressupostos da AED: Preferências, escassez e racionalidade. Sobre o individualismo metodológico e a utilização de modelos e reducionismo. Teoria da escolha racional: preferências, utilidade e análise marginal. Eficiência e Justiça. Hermenêutica da escolha. Exemplos de pesquisas e aplicações da AED.

## **Módulo 2 – Formação Básica**

Análise Econômica da Propriedade: Conceito de propriedade. Direitos de propriedade. Eficiência alocativa. Teoria da barganha. Teorema de Coase. Custos de transação e alocação eficiente de direitos de propriedade. Coase *versus* Hobbes. Mecanismos de proteção do direito de propriedade: indenização compensatória (compensatory money damages) e obrigações de fazer ou não fazer (*equitable relief*). Bens públicos versus bens privados. Estabelecimento de direitos de propriedade Estudo de casos. Economia verde. Tragédia dos comuns. Direitos de propriedade e danos ambientais. Princípio do poluidor-pagador. Cota de reserva ambiental. Mercado de crédito de carbono. Alocação eficiente de recursos naturais. Propriedade intelectual. Tempo ótimo de patentes. Marcas e assimetria de informação.

Análise Econômica dos Contratos: Teoria da barganha. Críticas à teoria da barganha. Promessas Pareto eficientes. Contratos como indutores de estratégias cooperativas. Jogo agente-principal. Informações assimétricas e revelação eficiente de informações dentro da relação contratual. Mecanismos de proteção dos contratos: indenização perfeita. Confiança excessiva. Lacunas racionais. Contratos perfeitos e falhas de mercado.

Análise Econômica da Responsabilidade Civil: Introdução à análise econômica da Responsabilidade Civil. O Modelo Econômico da Responsabilidade Civil: as variáveis; o problema e a resolução; e incentivos. O racional econômico das regras de negligência (responsabilidade subjetiva) e responsabilidade objetiva: incentivos eficientes. A Regra de Hand. Calculando indenizações eficientes: alguns instrumentos. Aplicações, Mini-Casos e Exercícios.

Análise Econômica do Processo Judicial/Administrativo: Teoria Geral do Processo e Análise Econômica do Direito. A TGP: em busca de uma teoria do comportamento. Direito, Jurisdição e Estado. O Direito como Requisito para a Vida em Sociedade. A Função Social do Processo: o problema principal-agente Estado-Juiz. O Custo Social do Processo. Princípios do Processo Civil. O Princípio da Eficiência. A AED: uma teoria sobre o comportamento. O Princípio da Eficiência Processual. Eficiência Alocativa e Legalidade. O Princípio da Eficiência e a Hermenêutica das Escolhas. O Princípio da (Direito Fundamental a) Legalidade. O Princípio da Legalidade: aspecto material. O Princípio da Legalidade: instrumentalidade das formas. O Princípio do Devido Processo Legal. O Princípio da Duração Razoável do Processo. Legalidade, Eficiência e Justiça. Teoria Positiva do Processo: a análise econômica do processo. Fundamentos do Modelo Juseconômico do Processo. Decisão com e sem Risco (Certeza e Incerteza). Teoria da Barganha: ou por que existem as trocas? Da Lide ao Processo: o modelo juseconômico do litígio. Autocomposição e Análise Custo-Benefício. Judicialização como uma Decisão com Risco. O Direito de Ação e seu Impacto sobre a Autocomposição. Contestação ou Acordo: o modelo juseconômico da transação. O Modelo de Otimismo Mútuo. O Modelo de Assimetria de Informação. Tópicos Avançados na Teoria Positiva do Processo. A Insuficiência do Espaço de Acordo. Excesso de Negociação e o Dilema do Prisioneiro. O Problema dos Custos Irrecuperáveis. O Duplo Grau de Jurisdição: o modelo juseconômico do ataque à decisão judicial. A Decisão de Recorrer. A Dupla Função do Duplo Grau de Jurisdição. Uniformização de Regra Jurídica. Correção de Erros. Taxa de Reversibilidade e Taxa de Recorribilidade. O Papel do Advogado: o problema principal-agente Cliente-Advogado. Condição de Ajuizamento. Condição de Acordo. Nível de Zelo Processual. Análise Econômica Comportamental do Processo.

Análise Econômica dos Crimes e Penas: Economia do crime. Raciocínio econômico de ganhos e custos das atividades ilícitas do ponto de vista do indivíduo. Parâmetros sociais e econômicos. Os fatores que levam ao insucesso dessa atividade.

Economia Comportamental: Economia comportamental. Definições. Aplicações em políticas públicas. Políticas públicas, incentivos e comportamento dos agentes econômicos. Arquitetura da escolha: a importância do contexto. *Behavioral Economics*: uma agenda possível para o Brasil?

### **Módulo 3 – Formação Complementar**

Análise Econômica do Controle e da Corrupção: Teoria agente-principal. Custo-benefício do controle. Análise econômica do controle de políticas públicas. Alterações na Lei de Introdução ao Direito Brasileiro pela Lei 13.655/2018. Estudos de caso. Origens teóricas da Economia da Corrupção. Definições de corrupção. O problema de agente-principal. Tipos de corrupção e de agentes envolvidos. Causas da corrupção. Corrupção eficiente e suas críticas. O mercado da corrupção. Assimetria de informação e a participação de intermediários. Soluções e desenhos de mecanismo para punir agentes corruptos. Delação premiada e *whistleblowing*. Estudo de casos no Brasil.

Análise Econômica da Fiscalização de Obras Públicas e dos Leilões: Leis a serem abordadas (Leis 8.666/93, 12.462/11 e 13.303/16). Problemas essenciais da fiscalização de obras. Licitação: reserva orçamentária, competitividade e planejamento. Contratação: jogo de planilha e de cronograma; repactuações; ausência de recursos. Obras inacabadas e o que representam na Economia. A competitividade e as falhas de mercado. A falta de planejamento e os impactos econômicos. As falhas de repactuação contratual. O jogo entre Administração Pública, licitantes/contratados e Controle. O comportamento estratégico das licitantes e dos contratados. Os mecanismos de incentivos da legislação estudada. Tratamento das obras paralisadas. Por que pensar estrategicamente? Modelos formais, soluções e limitações da teoria dos jogos. Jogos na forma estratégica com informação completa. A forma estratégica. Estratégias dominantes e eliminação iterativa de estratégias dominadas. Equilíbrio de Nash. Exemplos. Estratégias mistas e existência de equilíbrios de Nash. A forma extensiva. Utilidade esperada e equilíbrios de Nash. Jogos na forma extensiva com informação completa. Forma normal associada e equilíbrio de Nash. Estratégias mistas comportamentais e o teorema de Kuhn. Indução retroativa e perfeição em subjogos. Informação perfeita e indução retroativa. Perfeição em subjogos. Jogos estacionários e o modelo de Rubinstein de negociação bilateral. Jogos repetidos. Um modelo híbrido. Estratégias, consequências e equilíbrio de Nash. Equilíbrio perfeito em subjogos e o Teorema Popular. Jogos na forma estratégica com informação incompleta. Natureza e tipos. Probabilidade *ex ante* e atualização bayesiana. Equilíbrio bayesiano. Aplicações: leilões e guerra de nervos. Jogos na forma extensiva com informação incompleta. Jogando com um adversário desconhecido. Informação incompleta & imperfeita. Crenças e racionalidade sequencial. Consistência bayesiana e equilíbrio bayesiano perfeito. Sinalização: o jogo *beer-quiche*. Reputação e o paradoxo das cadeias de lojas. Leilões: Valores privados. O modelo simétrico, leilões de segundo preço, leilões de primeiro preço, comparação de receitas, preços de reserva. Leilões: Equivalência de receitas. O Teorema de Equivalência de Receitas, aplicações a leilões não-padrões, número incerto de participantes. Leilões: Extensões. Agentes avessos ao risco, restrição orçamentária, jogadores assimétricos. Leilões: Desenho de mecanismos. Conceitos fundamentais da teoria de desenho de mecanismos, mecanismos ótimos, mecanismos eficientes. Estudos de caso no Brasil.

Análise do Comportamento Judicial, Consequências das Decisões Judiciais e Jurimetria: Análise Econômica do Direito e Consequencialismo. “Como os Juízes Pensam?”: Teorias Econômicas do Comportamento Judicial. Teorias Políticas do Comportamento Judicial. Jurimetria ou Análise Empírica Quantitativa do Direito Aplicada ao Comportamento Judicial: Teoria e Modelos. Jurimetria ou Análise Empírica Quantitativa do Direito Aplicada ao Comportamento Judicial: Literatura Brasileira e Internacional Aplicada. O Futuro da Pesquisa em Análise Econômica do Comportamento Judicial.

Análise Econômica do Direito Constitucional, Tributário, Financeiro, Concorrencial e do Trabalho: A Constituição estratégica: levando a sério as consequências da jurisdição constitucional. Análise econômica do voto, da barganha e da administração governamental. Análise Econômica do Federalismo. Relações estratégicas intergovernamentais. Competição governamental. Repartição de receitas e despesas. Dilemas federativos de reformas tributárias. Ajuste fiscal e renegociação da dívida pública entre a União e os Estados e Municípios. Separação de Poderes. Ótima divisão de Poderes. Alocação ótima de direitos fundamentais. Princípios e conceitos gerais de AED aplicados à tributação. Decisão do legislador: sistema tributário: Por que a para que

existem tributos? Dilemas de cooperação no sistema tributário federativo. Guerra fiscal, reforma tributária e o dilema do prisioneiro. Em busca do Tributo ótimo. Decisão do contribuinte: Sanções tributárias, incentivos e análise custo-benefício. Evasão, elisão e a curva de Laffer. Crimes contra a ordem tributária e moral hazard. Decisão do agente fiscal. Norma geral antielisiva. Transação Tributária e teoria dos jogos. Decisão do Juiz. Princípios Vs. Regras. Regras como sistema de preços normativos. Decisões difíceis, colisão de princípios, externalidades e custos de oportunidade. Análise de Caso. Análise Econômica das Instituições Fiscais. Direito da Concorrência, liberdade econômica e intervencionismo. Objetivos do antitruste. Análise econômica e o Direito Concorrencial: conceitos econômicos aplicados. Direito da Concorrência no Brasil: normas, instituições, modalidades. Multa e efeito dissuasório. Controle judicial das decisões do CADE. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e seus pares em nível internacional: estado da arte. Temas atuais em Direito da Concorrência: crise e antitruste, economia disruptiva, entre outros. Salário mínimo. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e seguro-desemprego. Reforma Trabalhista de 2017. 4. Políticas ativas de emprego e novas reformas. Reforma da Previdência de 2019. Seguridade e combate à pobreza. Novas formas de proteção social.

Avaliação de Políticas Públicas: conceitos de avaliação; a avaliação no ciclo das políticas públicas; avaliação *ex ante*, avaliação de impacto legislativo e análise de impacto regulatório; avaliação *ex post*, avaliação de resultados e impacto, causalidade e métodos de aferição do impacto; avaliação do retorno econômico e social, análise custo-benefício. Judicialização de políticas públicas.

Estatística Aplicada: Análise descritiva, variáveis aleatórias, amostragem, propriedades dos estimadores, intervalo de confiança, testes de hipóteses, correlação linear. Introdução à programação em R. Regressão linear simples. Regressão linear múltipla. Violações das hipóteses do modelo clássico de regressão linear. Modelos com variáveis binárias. Aplicações em Direito e Economia.

Direito Regulatório: A atuação do Estado no domínio econômico. Serviços públicos e regulação estatal. Harmonização da ordem econômica constitucional com a prática da delegação de serviço público. Divergências sobre o conceito de serviço público. Contrato de concessão de serviço público: evolução histórica e características, conceito, efeitos trilaterais, intervenção, extinção. Questões controversas afetas aos instrumentos jurídicos de delegação de serviços públicos: concessões, permissões, autorizações, arrendamentos e franquias. Tipos de licitação, modalidades, critérios para definição do valor mínimo da outorga ou da tarifa máxima. PPPs. Agências Reguladoras: Autonomia das Agências Reguladoras sob a perspectiva constitucional; O poder regulamentar das Agências; O controle das Agências Reguladoras. Aspectos jurídicos do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Dos direitos e deveres do concessionário, regulador e consumidor. Aspectos práticos da outorga e da execução dos contratos de concessão e permissão de serviços públicos: estudos prévios de viabilidade da concessão. Aspectos jurídicos da universalização dos serviços. Responsabilidade extracontratual dos concessionários. A teoria da imprevisão nas revisões tarifárias.

## **21. Bibliografia básica**

COOTER, Robert; ULEN, Thomas. Direito & Economia. 5. ed. Porto Alegre:Bookman, 2010.

FIANI, Ronaldo. Teoria dos Jogos: com aplicações em Economia, Administração e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

TIMM, Luciano Benetti (Org.). Direito e Economia no Brasil: Estudos sobre a análise econômica do Direito. 3ª Ed. Atlas: São Paulo, 2019.

## APÊNDICE I – PROPOSTA PRELIMINAR DE PROJETO DE PESQUISA

Curso:	Ano:
Nome do aluno:	CPF: ____.____.____-__
Tema da pesquisa:	
Objetivo da pesquisa:	
Relevância da pesquisa:	
Referências:	

## APÊNDICE II – PROJETO DE PESQUISA

Antes do início da elaboração do TCC o aluno deverá apresentar projeto de pesquisa contendo:

### 1. IDENTIFICAÇÃO DE ALUNOS E ORIENTADORES (1/2 página)

- 1.1. Qual é o seu nome?
- 1.2. Está vinculado a qual órgão ou entidade?
- 1.3. Qual é sua maior formação? (Graduação, Pós-graduação, Mestrado, Doutorado)
- 1.4. Qual é seu e-mail?
- 1.5. Qual é seu telefone de contato/celular?
- 1.6. Qual é o nome do seu orientador?
- 1.7. Seu orientador está vinculado a qual organização?
- 1.8. Qual é maior formação do seu orientador? (graduação, pós-graduação *lato sensu*, mestrado, doutorado)
- 1.9. Qual é o e-mail do seu orientador?
- 1.10. Qual é o telefone do seu orientador?

### 2. SELEÇÃO DO TEMA

- 2.1. Qual é o seu objeto de estudo (tema)? (Política pública ou programa de governo, como, por exemplo, Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, Plano Nacional de Educação - PNE, Programa temático: educação de qualidade para todos, Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, Programa Bolsa família)
- 2.2. Qual é o objetivo dessa política pública ou programa? Que problema público pretende resolver? Qual seu público-alvo?
- 2.3. Essa política pública ou programa está institucionalizada em algum instrumento legal ou infralegal? Qual(s)?
- 2.4. Que órgão/entidade é responsável por essa política pública ou programa?

### 3. PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

- 3.1. O você sabe sobre essa política pública ou programa? (Breve revisão de literatura e/ou produção de conhecimento)
- 3.2. Por que é importante estudar essa política pública ou programa? (Informe a materialidade, a relevância, os problemas conhecidos e/ou potenciais riscos da política pública e/ou programa)
- 3.3. Há créditos orçamentários previstos, recursos financeiros gastos, renúncias ou incentivos fiscais relacionados a essa política pública ou programa? Caso seja

possível, explicita qual é o montante e como é possível identificá-lo na lei orçamentária anual (LOA) ou em outro instrumento público?

#### **4. PLANEJAMENTO**

- 4.1. Qual tipo de estudo pretende realizar? (Pesquisa, análise, avaliação ou fiscalização)
- 4.2. Qual é o título do seu projeto de pesquisa?
- 4.3. Quais são os objetivos do estudo?
- 4.4. Quais questões serão respondidas por meio do estudo?
- 4.5. Quais critérios serão utilizados como referência?
- 4.6. Que informações são relevantes para o estudo? Onde e como pretende obtê-las?
- 4.7. Quais métodos e técnicas serão utilizados para coleta e análise de dados?
- 4.8. O que o estudo permitirá dizer?

#### **5. CRONOGRAMA DE ENTREGAS**

- 5.1. Quando pretende iniciar a elaboração do seu TCC?
- 5.2. Quando pretende defender seu TCC?
- 5.3. Qual será o principal produto do seu TCC? (Ex: Pesquisa Acadêmica, Relatório de Análise, Relatório de Avaliação, Relatório de Auditoria, outro)
- 5.4. Pretende utilizar o resultado desse trabalho em alguma outra atividade? Qual? (Ex.: Utilizá-lo como insumo para ação de controle a ser realizada posteriormente, utilizá-lo para subsidiar decisão acerca de política pública ou programa; publicar o resultado do trabalho em revista acadêmica? Outro?)
- 5.5. Quais são os produtos intermediários do seu estudo e qual a previsão de início e término de cada um deles? [Ex. (a) matriz de planejamento (data); (b) coleta de dados (data); (c) matriz de achados (data); (d) relatório preliminar (data); (e) relatório final (data)].



- c) Sugerir referências bibliográficas concernentes ao tema apresentado pelo orientando;
- d) Auxiliar o orientando nas principais linhas teóricas e metodológicas aplicadas ao tema do TCC;
- e) Estimular a autonomia intelectual do orientando;
- f) Discutir a proposta de pesquisa e apontar os aspectos que precisam ser melhorados;
- g) Acompanhar a evolução do trabalho de conclusão do curso no decorrer de sua elaboração;
- h) Encaminhar, à coordenação do curso, relatório de atividades de orientação ao final do período previsto no cronograma;
- i) Informar no relatório sobre o atendimento, por parte do(s) aluno(s) orientando(s), das recomendações de modificações e do cumprimento dos prazos;
- j) Indicar o examinador para a composição da banca, observando que, caso o orientador seja somente especialista, o examinador da banca deve ser mestre ou doutor; e
- k) Presidir a banca examinadora.

**RESPONSABILIDADES DO ORIENTANDO:**

- a) Apresentar o projeto de pesquisa ao orientador ao início da orientação;
- b) Cumprir os prazos de entrega das etapas estipulados pelo orientador;
- c) Informar ao orientador sobre qualquer eventualidade que dificulte o cumprimento de etapas;
- d) Elaborar o TCC respeitando os parâmetros adotados pela coordenação do curso;
- e) Entregar o TCC à coordenação do curso no prazo estipulado no cronograma.
- f) Apresentar o TCC à banca examinadora dentro dos prazos definidos no curso.

Brasília, .

De acordo,	De acordo,
Assinatura do aluno	Assinatura do orientador